

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA

Estado de São Paulo

ANALISTA LEGISLATIVO

**CONCURSO PÚBLICO
01/2025**

**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG e Caneta.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição. Responda as **40 (quarenta) questões**.
- φ A prova terá duração de **3h (três horas)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h30 (uma hora e trinta minutos)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Você deve assinar a Folha de Respostas. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na **Folha de Respostas** somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



- φ Não será permitido substituir a Folha de Respostas. Não rasure, amasse ou dobre a Folha.
- φ Os três últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

BOA PROVA !



IPEFAE

LÍNGUA PORTUGUESA



Texto para as questões 01, 02 e 05



TEXTO 1

Chove. A noite sombria e gelada, ao invés de embalar, me rouba o sono. Eu, debaixo do edredom macio, no aconchego do calor de meu quarto escuro, passo a cismar. Um vento frio que advém de fora, vaza a fresta da janela de onde adentra uma réstia de um poste vizinho. Apesar da comodidade de meu leito, não consigo conciliar-me com Morfeu. Vem-me à memória a criança imunda nos braços da mãe, chorando debaixo de um viaduto. Chorava de fome. Agora, talvez, chore também de frio. Eles precisam é de justiça social, não de uma moeda ou um de cobertor.

Fragmento adaptado da crônica "Desigualdades", de Tarcísio Cardoso. Disponível em: <https://tarcisiofcardoso.com.br/cronica-desigualdades/>.

Q. 01

A crônica apresenta uma reflexão sobre a desigualdade social e a ineficácia da caridade individual diante de problemas estruturais. A partir da leitura e compreensão do texto, assinale a alternativa que melhor expressa a tese central defendida pelo narrador-personagem.

- (A) O desconforto do narrador é causado unicamente pelo frio da noite, que o impede de dormir, e pela lembrança da criança.
- (B) A solução para a miséria da criança e de sua mãe reside na distribuição de esmolas e cobertores, como formas imediatas de auxílio.
- (C) O contraste entre o "edredom macio" do narrador e a situação da criança sob o viaduto serve para ilustrar o incômodo da sociedade perante a pobreza.
- (D) A crítica principal do texto se dirige à insuficiência da caridade, defendendo que a verdadeira necessidade dos desvalidos é a implementação de políticas de justiça social.

Q. 02

No trecho "*A noite sombria e gelada, ao invés de embalar, me rouba o sono*", as regências verbal e nominal são cruciais para a coesão e a correção. Analise as proposições a seguir, relativas a aspectos gramaticais do TEXTO 1:

- I. O termo "*ao invés de*" poderia ser substituído por "*em vez de*" sem alteração de sentido no contexto, pois ambas expressam a ideia de continuidade ou substituição.
- II. A omissão do pronome oblíquo átono "*me*" ("*me rouba o sono*") configuraria uma possibilidade de uso, pois o verbo "*roubar*" não necessita de complemento.

- III. No trecho "*Vem-me à memória a criança imunda*", o acento grave indicativo de crase em "*à memória*" é obrigatório, pois o verbo "*vir*" (no sentido de "*ocorrer*") exige a preposição "*a*", e o substantivo "*memória*" aceita o artigo definido feminino "*a*".

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.



Texto para as questões 03 a 05



TEXTO 2

Vi hoje em uma TV que o narcotráfico comprou um pelotão inteiro das forças armadas no México. Imagina só no Equador. Mas não se espante. O pior não é o narco comprar militar, mas sim juízes ou desembargadores. Como acontece na América Latina. Hoje foi solto um perigosíssimo líder do PCC, que foi preso na Bolívia e trazido ao Brasil. Não ficou preso 24 horas. E, no Rio, a milícia suborna a prefeitura em quinhentos mil reais para liberar alvará de construção. Portanto. Não falem do Equador.

Fragmento adaptado de comentário de leitor, publicado no Painel do Leitor da Folha de S.Paulo. Título da matéria: "*Pior do que pagar impostos é assistir tanta corrupção com tamanha impunidade, diz assinante*". Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paineldoleitor/2024/01/pior-do-que-pagar-impostos-e-assistir-tanta-corrupcao-com-tamanha-impunidade-diz-assinante.shtml>.

Q. 03

O Texto 2, um comentário de leitor, estabelece uma progressão argumentativa que culmina em uma conclusão enfática. Qual das alternativas a seguir resume corretamente a principal preocupação e a conclusão do autor do comentário?

- (A) O autor está preocupado com a atuação do narcotráfico no México e no Equador, sugerindo que o Brasil deve se precaver contra a compra de militares.
- (B) A principal preocupação é a soltura de um líder do PCC, o que demonstra a fragilidade do sistema prisional brasileiro em comparação com o boliviano.
- (C) O texto utiliza exemplos de corrupção em diferentes esferas (militar, judiciária e administrativa) para concluir que a corrupção interna no Brasil é mais grave e sistêmica do que a crise em países vizinhos.
- (D) O foco do argumento é a milícia do Rio de Janeiro, que, ao subornar a prefeitura, demonstra a ineficácia da fiscalização municipal.

Q. 04

Observe o trecho: "*O pior não é o narco comprar militar, mas sim juízes ou desembargadores. Como acontece na América Latina.*"



Sobre a concordância e a coesão textual no TEXTO 2, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O uso da conjunção adversativa "mas" ("mas sim juízes ou desembargadores") estabelece uma correção ou retificação do que foi dito anteriormente, reforçando a gravidade da corrupção no Judiciário.
- (B) A expressão "Como acontece na América Latina" é uma oração subordinada adverbial comparativa, ao estabelecer uma relação de semelhança entre a situação brasileira e a do continente.
- (C) O verbo "acontece" está no singular, concordando com a oração toda - "o pior não é o narco comprar militar, mas sim juízes ou desembargadores" -, que funciona como sujeito desse verbo.
- (D) A forma verbal "foi solto" ("Hoje foi solto um perigosíssimo líder do PCC") está na voz passiva analítica, e o sujeito ("um perigosíssimo líder do PCC") faz com que a forma verbal concorde com ele.

Q. 05

(TEXTO 1 e 2)

Considerando a norma-padrão da Língua Portuguesa, analise as afirmações nos TEXTOS 1 e 2:

- I. No TEXTO 1, as vírgulas antes de "ao invés" e após "embalar" (" (...), ao invés de embalar, me rouba o sono") são obrigatórias, pois isolam uma oração com valor de aposto.
- II. No TEXTO 2, a palavra "milícia" ("E, no Rio, a milícia suborna a prefeitura") é um substantivo e exerce a função sintática de sujeito.
- III. No TEXTO 1, a vírgula após "fora" é facultativa, pois separa o sujeito ("Um vento frio que advém de fora") do seu predicado ("vaza a fresta da janela de onde adentra uma réstia de um poste vizinho").

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.



Texto para as questões 06 e 07



"A dignidade humana não é um conceito abstrato, mas a base de toda a ordem jurídica. Ela se manifesta no direito de cada indivíduo a uma vida plena, livre de privações e violências. Quando a sociedade falha em garantir o mínimo existencial, o pacto social se fragiliza. A justiça, nesse contexto, não pode ser apenas a aplicação fria da lei, mas um instrumento de transformação que busca restaurar a integridade e a autonomia dos cidadãos. É um dever coletivo zelar para que os direitos fundamentais não sejam meras promessas no papel, mas realidades palpáveis no cotidiano de todos."

(Adaptado de Poesias, Contos e Crônicas: Direitos Humanos. Pitanga/PR, Volume 2, 2019, pág 89)

Q. 06

De acordo com o Texto, a justiça é apresentada como um conceito que transcende a mera legalidade. Qual das alternativas a seguir melhor sintetiza a visão do autor sobre o papel da justiça na sociedade?

- (A) A justiça deve ser o pilar central para a aplicação rigorosa e imparcial da lei, garantindo a estabilidade da ordem jurídica.
- (B) A função primordial da justiça é punir aqueles que violam o pacto social, restabelecendo a ordem e a segurança.
- (C) A justiça é um mecanismo de transformação social, cuja finalidade é reverter a fragilização do pacto social ao restaurar a plenitude e a autonomia dos indivíduos.
- (D) A justiça se limita a ser um conceito abstrato, dependente da garantia do mínimo existencial para se manifestar de forma concreta.

Q. 07

O autor do Texto estabelece uma relação de causa e consequência entre a falha social e a fragilização do pacto social. O que, segundo o texto, é o fator determinante para essa fragilização?

- (A) A manifestação da dignidade humana como um conceito abstrato, base da ordem jurídica.
- (B) A aplicação fria da lei, que impede a justiça de ser um instrumento de transformação.
- (C) A ausência de um dever coletivo de zelar pelos direitos fundamentais.
- (D) A falha da sociedade em assegurar o "mínimo existencial" para os indivíduos.



Texto para as questões de 08 a 10



"A lei, muitas vezes, parece distante do cidadão comum, envolta em uma linguagem que obscurece mais do que esclarece. É imperativo que o Estado promova a simplificação do discurso jurídico, tornando-o acessível a todos. A transparência e a clareza são pilares da democracia, e a comunicação é o veículo pelo qual a cidadania se fortalece. Se o direito é de todos, sua compreensão não pode ser privilégio de poucos. O acesso à justiça começa na inteligibilidade de suas normas."

ANDRADE, Ionara Fonseca da Silva; RÉGO, Patrícia de Amorim; SOUZA, Maria Cláudia da Silva Antunes de. A linguagem jurídica e a necessidade de sua simplificação para o acesso à justiça e cidadania. Revista Cidadania e Acesso à Justiça, Florianópolis, v. 7, n. 2, p. 91–106, 2022. DOI: 10.26668/IndexLawJournals/2526-026X/2021.v7i2.8372

Q. 08

No trecho "*É imperativo que o Estado promova a simplificação do discurso jurídico, tornando-o acessível a todos.*", a substituição do termo sublinhado pela expressão "*aquelas pessoas mais simples*", resultaria em:

- (A) tornando-o acessível à aquelas pessoas mais simples.
- (B) tornando-o acessível com aquelas pessoas mais simples.
- (C) tornando-o acessível aquelas pessoas mais simples.
- (D) tornando-o acessível àquelas pessoas mais simples.

Q. 09

O trecho original afirma que "*A transparência e a clareza são pilares da democracia*". Considere as seguintes tentativas de reescrita:

- I. *A clareza das intenções e a transparência das instituições é pilar da democracia, reforçando que ambos os elementos se fundem em um único princípio essencial.*
- II. *A clareza das intenções e a transparência das instituições são pilares da democracia, preservando a ideia de dois elementos distintos que sustentam o regime.*
- III. *A clareza das intenções e a transparência das instituições, são pilares da democracia, acrescentando uma vírgula entre o sujeito composto e o verbo, a fim de destacar o sujeito.*

Com base nos princípios de concordância verbal e pontuação:

- (A) Apenas a I está correta.
- (B) Apenas a II está correta.
- (C) Apenas a III está correta.
- (D) Apenas II e III estão corretas.

Q. 10

As palavras destacadas no Texto são, respectivamente, *obscurece*, *promova* e *inteligibilidade*. Assinale a alternativa em que a substituição dos termos mantém o sentido original do texto e a correção gramatical:

- (A) *obscurece* (clareia); *promova* (impulsione); *inteligibilidade*(clareza).
- (B) *obscurece* (esclarece); *promova* (retarde); *inteligibilidade*(complexidade).
- (C) *obscurece* (confunde); *promova* (proponha); *inteligibilidade*(obscuridade).
- (D) *obscurece* (dificulta); *promova* (estimule); *inteligibilidade*(compreensão).

MATEMÁTICA**Q. 11**

O Provimento da Corregedoria-Geral de Justiça determina, em seu Art. 10, que toda solicitação de aquisição de bens permanentes cujo valor ultrapasse 50 salários mínimos, por unidade ou lote, deve ser encaminhada previamente à Diretoria de Orçamento para análise de impacto financeiro.

O Diretor de TI protocolou pedido para aquisição de 70 computadores, cada um ao custo de R\$ 2.999. Considerando o Art. 10 e o valor do salário mínimo que é atualmente de R\$ 1.518, conclui-se que:

- (A) O valor unitário de cada computador ultrapassa 50 salários mínimos, portanto a solicitação deve ser encaminhada à Diretoria de Orçamento.
- (B) O valor total da aquisição ultrapassa 50 salários mínimos, portanto a solicitação deve ser encaminhada à Diretoria de Orçamento.
- (C) O valor total da aquisição não ultrapassa 50 salários mínimos, portanto não há necessidade de encaminhamento à Diretoria de Orçamento.
- (D) O valor unitário de cada computador não ultrapassa 50 salários mínimos e, portanto, a aquisição está dispensada de análise, independentemente do valor total do lote.



Q. 12

O Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP) disciplina a instalação de suas sessões deliberativas. O Art. 22 dispõe:

“A sessão plenária do Conselho Superior somente será instalada e poderá deliberar sobre a abertura de Processo Administrativo Disciplinar (PAD) contra membro da instituição com a presença de, no mínimo, um terço dos membros do colegiado.”

Considerando que o CSMP é composto por 15 Procuradores de Justiça, em determinada sessão convocada para apreciar a abertura de um PAD, registrou-se a presença inicial de apenas 4 conselheiros.

Diante desse cenário, a conclusão lógica imediata é:

- (A) A sessão pôde ser iniciada, pois 4 membros representam um quórum razoável.
- (B) A sessão não pôde ser iniciada, pois a ausência do membro convocado pelo Presidente impediu a instalação do quórum.
- (C) A sessão foi iniciada, mas as deliberações sobre o PAD foram suspensas.
- (D) A sessão não pôde ser iniciada, pois o quórum mínimo exigido não foi alcançado.

Q. 13

Em debate perante o Tribunal de Contas, a defesa de um gestor público sustentou a seguinte tese:

“Se o gestor público agiu estritamente dentro dos limites da lei orçamentária, então seu ato não pode ser considerado improbidade administrativa.”

Para afastar essa tese e dar prosseguimento à acusação, o Ministério Público de Contas precisa formular a negação lógica exata do argumento apresentado.

Qual das alternativas abaixo representa a negação lógica exata da afirmação da defesa?

- (A) O gestor não agiu dentro dos limites da lei orçamentária OU seu ato não pode ser considerado improbidade.
- (B) O gestor agiu estritamente dentro dos limites da lei orçamentária E seu ato pode, sim, ser considerado improbidade.
- (C) O gestor não agiu dentro dos limites da lei orçamentária E seu ato não pode ser considerado improbidade.
- (D) Se o ato foi considerado improbidade, então o gestor não agiu dentro dos limites da lei.



Q. 14

Em relatório de inspeção realizado pela Corregedoria na Vara de Execuções Penais, foram registradas as seguintes constatações:

- Todo processo de execução que envolve pedido de progressão para o regime aberto é analisado por, no mínimo, dois assessores.
- Alguns processos de execução com pedido de progressão para o regime aberto recebem parecer contrário do Ministério Público.
- Nenhum processo com parecer contrário do Ministério Público é deferido automaticamente pelo sistema eletrônico.

Com base na intersecção dessas premissas, conclui-se necessariamente que:

- (A) Todos os processos de execução com pedido de progressão têm parecer contrário do MP.
- (B) Processos com parecer contrário podem ser deferidos automaticamente se houver uma exceção do juiz.
- (C) Alguns processos de execução com pedido de progressão para o regime aberto não são deferidos automaticamente pelo sistema eletrônico.
- (D) Nenhum processo de execução com pedido de progressão tem parecer contrário do MP

Q. 15

O Procurador-Geral de Justiça precisa distribuir três investigações estratégicas (Operação A, Operação B e Operação C) entre três promotores experientes: Vic, Yasmim e Zeca. Cada promotor ficará responsável por apenas uma operação, observando as seguintes premissas:

- Se a Promotora Vic assumir a Operação A, então a Promotora Yasmim deverá assumir a Operação B.
- Ou o Promotor Zeca assume a Operação C, ou a Promotora Vic assume a Operação A; as duas situações são excludentes, apenas uma pode ocorrer.
- Ficou definido, em reunião preparatória, que a Promotora Yasmim não assumirá a Operação B.

Considerando essas condições, qual é a única distribuição correta possível?

- (A) Vic → Operação A; Yasmim → Operação C; Zeca → Operação B
- (B) Vic → Operação B; Yasmim → Operação C; Zeca → Operação A
- (C) Vic → Operação C; Yasmim → Operação A; Zeca → Operação B
- (D) Vic → Operação B; Yasmim → Operação A; Zeca → Operação C



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Q. 16

Como prevê o § 1º do Art. 6º Do Regimento Interno da Câmara Municipal de São João da Boa Vista, na Sessão Solene de Instalação, os Vereadores presentes, regularmente diplomados, serão empossados após a leitura do compromisso.

A fim de facilitar os trabalhos e leitura, foi solicitado ao Auxiliar Legislativo que produzisse e imprimisse o termo do compromisso.

Uma vez solicitada a facilitação dos trabalhos, ele gerou o documento com uma fonte que julgou adequada, em tamanho 12, e uma boa medida de espaçamento entre linhas, findando conforme o exposto a seguir.

"PROMETO EXERCER, COM
DEDICAÇÃO E LEALDADE O MEU
MANDATO, RESPEITANDO A LEI E
PROMOVENDO O BEM- ESTAR DO
MUNICÍPIO"

Sobre os termos do compromisso apresentado, não resta dúvidas que o Auxiliar Legislativo utilizou como Fonte e Espaçamento Entre Linhas:

- (A) Times New Roman, Duplo
- (B) Times New Roman, Pelo menos 12 pt
- (C) Arial, Simples
- (D) Arial, Exatamente 5 pt

Q. 17

No atual momento civilizatório a sociedade busca otimizar seu tempo. Com isto as teclas de atalho são boas aliadas para potencializar o desenvolvimento e resolução das atividades, uma vez que aceleram tarefas e executam comandos substituindo cliques do mouse e menus.

No Word, após abrir um arquivo já existente e realizadas as edições desejadas, com intuito de criar uma cópia e manter o arquivo original intacto, desejando "Salvar Como" o documento, é possível utilizar como atalho a tecla ou a combinação das teclas:

- (A) Alt + barra de espaço
- (B) F4
- (C) F12
- (D) Ctrl + T

Q. 18

As teclas de atalho facilitam tanto as atividades que merecem ser tema de mais uma questão!

Corroborando o destaque de sua importância, elas foram utilizadas na confecção de todos os enunciados da presente prova. Qualquer conhecedor das funções básicas do Word, percebe que os caracteres estão em Negrito, que pode ser aplicado através da combinação das teclas:

- (A) Ctrl + N
- (B) Ctrl + Z
- (C) Ctrl + T
- (D) Ctrl + B

Q. 19

No Excel as funções são fórmulas predefinidas que automatizam cálculos e operações complexas. Dentre elas, as Funções Lógicas realizam comparações lógicas e retornam resultados baseados em condições.

Diante de uma planilha elaborada para controlar as Cestas de Natal concedida aos vereadores nesse mês de dezembro, o Auxiliar Legislativo utilizou a função 'SE' para automatizar a resolução desejada. De acordo com a planilha e as argumentações utilizadas por ele (conforme exposto a seguir), assinale a alternativa que contemple o valor retornado como "Resolução" na célula C9.

	A	B	C
1	CESTAS DE NATAL 2025		
2	NOME	RETIRADA	RESOLUÇÃO
3	VEREADOR 1	RETIROU	
4	VEREADOR 2	RETIROU	
5	VEREADOR 3	RETIROU	
6	VEREADOR 4	RETIROU	
7	VEREADOR 5	RETIROU	
8	VEREADOR 6	RETIROU	
9	VEREADOR 7		
10	VEREADOR 8	RETIROU	

Argumentos da função

SE

Teste_lógico B9=""

Valor_se_verdadeiro "AVISAR"

Valor_se_falso "COMUNICAR"

- (A) A célula C9 continuará em branco
- (B) AVISAR
- (C) COMUNICAR
- (D) #VALOR!

Q. 20

Ao receber um e-mail de um fornecedor contendo uma informação importante, você notou que seria necessário que seu superior imediato tomasse conhecimento. Respondendo ao e-mail recebido e simultaneamente incluindo seu superior como destinatário de forma a não



ficar visível para o Fornecedor, preservando a confidencialidade, você acertadamente usou a função:

- (A) Para
- (B) Priv
- (C) Cc
- (D) Cco

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Q. 21

O município B fornece ônibus escolar gratuito para atender as crianças e adolescentes que moram nas regiões rurais.

Certo dia, Josivaldo, motorista de um desses ônibus, perdeu o freio e caiu em uma ribanceira. Por felicidade, não houve vítima fatal.

Silmara, 12 anos, passageira daquele veículo, quebrou uma das pernas, vindo a precisar de cirurgia e tratamento fisioterápico. Ficou com uma considerável cicatriz em sua coxa direita. Além disso, após a consolidação das lesões, ficou com a perna 1.5 cm mais curta que a outra.

Foi constatado que a perda de freio do veículo ocorreu por falha mecânica, especificamente, por terem sido má apertadas as mangueiras de ar comprimido que alimentam o sistema de frenagem.

A manutenção da frota escolar é feita pela oficina Porca Solta, pessoa jurídica de direito privado, localizada no mesmo município, contratada para realizar o serviço. Foi esta oficina a responsável pela última manutenção feita nos freios da frota de ônibus escolares.

Vale destacar que Josivaldo, pela manhã, ao pegar o veículo na garagem municipal, percebeu a falta de freio, mas optou por sair com o ônibus mesmo assim.

Com base na teoria da responsabilidade civil envolvendo atos e fatos que envolvem a participação da Administração Pública, é certo afirmar que Silmara poderá reclamar indenização em face:

- (A) da fabricante do veículo.
- (B) da oficina Porca Solta somente.
- (C) somente do motorista Josivaldo.
- (D) do município B.

Q. 22

No município B, o empresário João Lambari construiu um pesqueiro. O local é destinado ao lazer, possuindo área de camping, quiosques com churrasqueiras e os lagos artificiais destinados à pesca.

Houve denúncia por parte dos vizinhos sobre agressões ambientais praticadas por João, especialmente, captação indevida de água de um riacho que passa pelas propriedades para encher e oxigenar os tanques dos peixes.

Os fiscais do meio ambiente do município foram acionados para averiguar o teor das reclamações.

Lá chegando, constataram que as denúncias eram falsas, pois João captava água de seu próprio poço artesiano,

que foi aberto, inclusive, com autorização do órgão ambiental qualificado.

Os agentes, contudo, constaram que João não registrou seus quatro empregados bem como não emitia notas fiscais pelos serviços prestados (estadia, locação de quiosques etc) caracterizando, assim, ofensa aos direitos trabalhistas e sonegação aos cofres públicos.

Os fiscais então atuaram João por tais infrações.

Diante das regras sobre poderes e deveres do Estado sobre o administrado, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.

- (A) os agentes praticaram abuso de poder, especificamente, desvio de poder.
- (B) os agentes não praticaram irregularidade alguma.
- (C) os agentes praticaram abuso de poder, especificamente desvio de finalidade.
- (D) os agentes praticaram desvio de motivação.

Q. 23

A Constituição Federal garante o direito de liberdade no seu sentido mais abrangente. A liberdade é para ir e vir, exercer profissão, explorar empreendimento, manifestar pensamento, fazer escolhas ideológicas etc.

Marcia e Osmar, um casal de ideias alternativas, inclusive com apelos naturalistas, decidiram construir sua casa usando material reciclado (garrafas, latas, pneus etc).

Ocorre que, devido à falta de qualidade apropriada nos materiais usados, a estrutura da obra se mostra comprometida, havendo considerável risco de ruir e, caso isso ocorra, o desabamento afetará os imóveis laterais.

Temerosos, os vizinhos denunciaram o ocorrido e a prefeitura, após vistoria, ordenou a paralisação da construção.

Com base no fato hipotético acima e levando em conta as regras sobre poderes da administração pública, é certo afirmar que a Fazenda Municipal agiu no regular exercício do:

- (A) poder hierárquico.
- (B) poder disciplinar.
- (C) poder de polícia.
- (D) poder regulamentar.

Q. 24

Visando garantir transparência e lisura no gerenciamento dos recursos públicos, o art. 31 da Constituição Federal estabelece que a fiscalização do Município será exercida por um controle interno do próprio Poder Executivo, como por um controle externo, feito pelo Poder Legislativo Municipal. Este controle externo será feito pela Câmara Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas que, segundo a própria Constituição:

- (A) poderá ser estadual ou municipal, podendo o município, caso não tenha um tribunal de contas, criá-lo através de lei de iniciativa do prefeito.
- (B) poderá ser estadual ou municipal, podendo o município, caso não tenha um tribunal de contas, criá-lo através de lei de iniciativa da câmara dos vereadores.



- (C) poderá ser estadual ou municipal, sendo que, após a edição da atual Constituição, não podem mais ser criados tribunais de contas municipais.
- (D) poderá ser federal, estadual ou municipal, sendo que, após a edição da atual Constituição, não podem mais ser criados tribunais de contas municipais.

Q. 25

O município B tem como principal fonte econômica a mineração. Várias são as empresas de extração instaladas na região ante a riqueza das jazidas locais. Essas empresas geram a grande maioria dos empregos e é responsável pela principal fonte arrecadatória aos cofres públicos.

Contudo, o lado negativo deste cenário, é o alto índice de abstenção dos trabalhadores por doenças respiratórias, já que, trabalhando confinado, no subsolo, inalando ar carregado com aerodispersóides, os trabalhadores corriqueiramente são afastados para tratamento, o que acaba gerando gastos junto ao sistema de saúde local.

Visando garantir uma retribuição mais adequada aos trabalhadores, o Prefeito editou uma lei obrigando as mineradoras a pagarem adicional de 40% sobre o salário contratual, compensando assim a agressão física a qual estão expostos.

Com base nas regras sobre competência legislativa estabelecidas pela Constituição Federal, é certo afirmar que:

- (A) a lei é inconstitucional, pois só a União pode legislar sobre direito do trabalho.
- (B) a lei é inconstitucional, pois só a Câmara dos Vereadores é que poderia criá-la.
- (C) a lei é constitucional, pois é de competência dos municípios legislarem sobre assuntos de interesse local.
- (D) a lei é constitucional, pois é da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a competência concorrente para legislar sobre direito do trabalho.

Q. 26

No município B, há os bairros do Mangue Preto e do Poço Turvo. Esses nomes são referências às margens do manguezal que, por ser de águas turvas e com grande concentração de detritos naturais, formam um lamaçal de cor escura.

Nesses bairros, as casas são erguidas sob palafitas. Não há vias de acesso terrestres até esses locais. Toda a logística é feita via marítima.

Devido às peculiaridades destes bairros, foi apresentado um projeto de lei de iniciativa popular garantindo certos direitos aos seus moradores.

O projeto de lei foi apresentado, votado, aprovado e promulgado pela Câmara dos Vereadores e sancionado pelo Prefeito. Por fim, foi publicado e entrou em vigência. Contudo, um grupo de oposição vem questionando a constitucionalidade desta lei.

Nesse caso, com base na previsão contida na Constituição Federal, é certo afirmar que:

- (A) a lei é constitucional.
- (B) a lei é inconstitucional, pois a criação de leis por iniciativa popular é restrita ao âmbito federal, não podendo ser praticada em âmbito estadual e municipal.
- (C) a lei é inconstitucional pois, apesar da Constituição Federal garantir a criação de leis por iniciativa popular em âmbito municipal, ela não pode contemplar os interesses de alguns bairros, devendo atender os interesses de toda a cidade.
- (D) a lei só será constitucional se a Constituição do Município B prever que, no processo legislativo, se admite a criação de leis por iniciativa popular.

Q. 27

Um dos direitos pétreos consagrados pela Constituição Federal de 1988 é o de acesso a informações. A Lei nº 12.527/11, que regula o acesso às informações em poder dos órgãos e entidades públicas, as classifica em três níveis (reservada, secreta e ultrassecreta) bem como estabelece um prazo máximo de restrição ao seu acesso.

Com base na lei acima, analise as assertivas abaixo, assinale a opção que corresponde ao prazo correto de restrição de acesso de acordo com a classificação pertinente.

- I. ultrassecreta: 25 (vinte e cinco) anos.
- II. secreta: 15 (quinze) anos.
- III. reservada: 5 (cinco) anos.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I, II e III.
- (B) II.
- (C) I.
- (D) II e III.

Q. 28

Uma das fontes mais importantes do Direito é a lei. Ela é o direito positivo, vigente e exigível, que externa um comando do Estado, feito graças ao seu poder legiferante (legislativo).

Estabelece a Constituição Federal, no art. 5º, inciso II que *“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”*.

Visando criar um método uniforme e padronizado para confecção das leis, a Lei Complementar nº 95/98 dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Segundo prevê a lei em questão, a lei que vier a ser confeccionada deve vir estruturada em três partes básicas:

- I. parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas.
- II. parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada.



- III. parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
 (B) II.
 (C) I e III.
 (D) I, II e III.

Q. 29

No município B, duas leis foram criadas.

A primeira, de número 2525/25, regulando o poder de agentes de trânsito para fiscalizar veículos de propaganda que, usando megafone em alto volume, importunam a vizinhança. No final da redação da lei, veio previsto expressamente que *“esta lei entra em vigor na data de sua publicação”*.

A segunda, de número 2526/25 que readequa o horário das escolas na época do verão, haja vista o forte calor que assola a região nesse período. No final da lei, veio previsto que *“esta lei entra em vigor no início do verão deste ano”*.

Ambas foram publicadas no dia 04/11/25 (terça feira).

Diante desse fato hipotético e baseando-se na previsão da LC nº 95/98 que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, analise as assertivas abaixo e responda.

- I. a Lei nº 2525/25 estará vigente a partir do dia útil seguinte à sua publicação, ou seja, no dia 05/11/25 (quarta feira).
- II. a Lei nº 2525/25 apresenta irregularidade, pois não previu o período de vacância mínimo de 30 dias entre a publicação e sua vigência, prazo esse necessário para que a população tome pleno conhecimento da regra criada.
- III. a Lei nº 2526/25 fere a previsão da LC nº 95/98 ao fazer referência a sua entrada em vigor *“no início do verão deste ano”*. A LC nº 95/98 determina que, se houver período de vacância, que seja estipulado em dias, semanas, meses ou anos, não podendo ser feita referência ao início da vigência em estações do ano ou outros eventos sazonais.
- IV. a Lei nº 2525/25 não apresenta irregularidade alguma; a Lei nº 2526/25 apresenta irregularidade ao fazer referência ao início de sua vigência.

Das assertivas acima, está correta apenas:

- (A) I.
 (B) II.
 (C) III.
 (D) IV.

Q. 30

O Presidente da República, visando desestimular brasileiros a irem para o teatro de guerra envolvendo Ucrânia e Rússia, decide, através de Medida Provisória, determinar que, o cidadão tupiniquim que se voluntariar como soldado a favor de qualquer um daqueles países, perderá sua nacionalidade e será banido do território nacional.

Apesar de drástica a medida, o argumento presidencial é que, ao criar embaraços ao aliciamento de combatentes estrangeiros, seja abreviado o final do movimento bélico.

Com base nas regras previstas na Constituição Federal Brasileira, é certo afirmar que:

- (A) o Presidente tem competência legislativa para adotar ambas as medidas, não havendo inconstitucionalidade alguma nessa Medida Provisória.
- (B) há duas inconstitucionalidades nessa Medida Provisória. A primeira: a Constituição veda a pena de banimento. A segunda: nacionalidade não é tema passível de ser tratado por Medida Provisória.
- (C) há apenas uma inconstitucionalidade nessa Medida Provisória: a Constituição veda a pena de banimento.
- (D) há três inconstitucionalidades nessa Medida Provisória: a Constituição veda seja nacionalidade tratada por Medida Provisória; a Constituição veda a pena de banimento; o Presidente da República não tem competência para editar Medidas Provisórias.

Q. 31

Carmelo, servidor público municipal responsável pelas obras de asfaltamento e recapeamento no Município X, em troca de vantagem em dinheiro oferecida por Oswaldo, dono de um supermercado local, recapeou as ruas que circundam o estabelecimento, bem como, recapeou a área privada do supermercado destinado ao estacionamento dos clientes.

Nesse caso, com base na Lei de Improbidade Administrativa nº 8.429/92 atualizada pela Lei nº 14.230/21, é certo afirmar que:

- (A) apenas Carmelo responderá por improbidade administrativa. Oswaldo, por não ser agente público, não está suscetível aos efeitos dessa lei.
- (B) apenas Oswaldo responderá por improbidade administrativa, já que Carmelo responderá exclusivamente na esfera penal por corrupção.
- (C) nenhum deles responderá por improbidade administrativa, pois as obras reverteram em benefício estrutural para a região.
- (D) ambos respondem por improbidade administrativa.



Q. 32

A Lei nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Com base nesta lei, analise as afirmações abaixo e responda.

- I. Kátia é servidora do Ministério da Saúde e está vazando informações confidenciais sobre processos licitatórios.
- II. Amanda é servidora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (que abrange os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) e tem recebido propina para colocar processos em trâmite prioritário.
- III. João é servidor do Congresso Nacional e várias têm sido as reclamações feitas por suas colegas de trabalho relatando importunação sexual.

Nesses casos, com base na lei acima, é certo afirmar que:

- (A) apenas Kátia, servidora do Executivo, responderá processo administrativo, devendo os demais, responder diretamente ação penal perante o poder Judiciário.
- (B) apenas Amanda não responderá processo administrativo, pois servidora do Judiciário. Já Kátia e João, respectivamente servidores do Poder Executivo e do Poder Legislativo, se submetem ao processo administrativo.
- (C) paralela e independentemente à repercussão penal que cada conduta possa ter, todos responderão processo administrativo.
- (D) não pode haver simultaneamente ação penal e processo administrativo sobre os servidores em questão. Deve-se optar por um ou o outro.

Q. 33

Fábio é brasileiro nato. Por sua descendência italiana, foi morar e estudar em Veneza – Itália, onde aproveitou para tirar sua segunda cidadania. Kursou pós graduação em Engenharia Civil, na Universidade B localizada naquela cidade. Como condição de conclusão do curso, teve de elaborar dois artigos científicos, um sobre resistência estrutural e outro sobre oxidação de materiais.

Submeteu seus artigos à publicação de revistas especializadas e a disponibilizou na biblioteca da universidade italiana.

Voltou para o Brasil e hoje trabalha e uma grande empreiteira.

Para sua surpresa, a faculdade B, sediada em Belém no Pará, mantendo convênio com a universidade italiana, disponibilizou os artigos de Fábio para consulta.

Fábio está indignado com essa postura da faculdade paraense, entendendo que ela feriu regras de proteção de dados, conforme previsto na Lei nº 13.709/18 (LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados).

Nesse caso, com base na lei acima, é certo afirmar que Fábio:

- (A) tem razão em sua reclamação quanto a instituição paraense, pois qualquer tipo de material informativo só pode ser disponibilizado mediante autorização de seu mentor.
- (B) tem razão pois, por ser brasileiro, mesmo que a coleta e armazenamento de dados tenha sido feita por empresa estrangeira e fora do território nacional, será aplicável a LGPD.
- (C) não tem razão, já que o material tem destinação acadêmica.
- (D) não tem razão pois as instituições particulares, como é a universidade paraense, não estão submetidas às regras da LGPD.

Q. 34

Analise as seguintes afirmativas sobre os instrumentos de planejamento governamental previstos na Constituição Federal de 1988:

- I. O Anexo de Metas Fiscais, integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias, deve estabelecer, para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, metas anuais para a receita, a despesa, os resultados nominal e primário e o montante da dívida pública.
- II. O projeto de lei orçamentária anual deve ser acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- III. As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, sendo vedada, no entanto, a anulação de dotações para o serviço da dívida para esse fim.
- IV. Embora o Plano Plurianual (PPA) tenha vigência quadrienal, o art. 165, § 1º, da Constituição Federal de 1988 autoriza expressamente que a Lei Orçamentária Anual (LOA) de um determinado exercício financeiro contemple despesas de capital não previstas originalmente no PPA, desde que tais investimentos estejam alinhados com as diretrizes gerais do plano e sejam aprovados por maioria simples do Congresso Nacional.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas.
- (B) II, III e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.



Q. 35

Analise as afirmações abaixo e responda:

- I. a nomeação para cargo isolado ou de carreira depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.
- II. posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial e só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física, mentalmente e psicologicamente para o exercício do cargo.
- III. reversão é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica.
- IV. reintegração é o retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria.

Com base na Lei Municipal nº 656/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista), das assertivas acima, estão corretas apenas aquelas que constam em:

- (A) I, II, III e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e III.

Q. 36

Katiane foi aprovada como professora no concurso municipal de São João da Boa Vista. Após alguns anos de labuta, foi vítima de um fatídico acidente de trânsito, vindo a falecer. Era casada com Jaime, rico e importante empresário local. Tinha 3 filhas (Karen, 25 anos; Matilde, 23 anos; e Hebe, 17 anos). A mãe de Katiane, Idalina, conta com 78 anos e não é aposentada.

Com base na Lei Municipal nº 656/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista), é certo afirmar que:

- (A) a partir do óbito, os dependentes de Katiane terão direito a pensão por morte. O valor desta será o do valor percebido pela agente falecida. A pensão será dividida em 5 (cinco) cotas iguais e distribuídas entre Jaime, Karen, Matilde, Hebe e Idalina.
- (B) apenas Jaime e Hebe terão direito a pensão por morte de Katiane.
- (C) Jaime e Hebe terão direito a pensão por morte. Se Idalina comprovar que dependia economicamente da filha falecida, também fará jus ao recebimento do benefício.
- (D) apenas Hebe tem direito a pensão por morte.

Q. 37

A empresa B, sediada no Município de São João da Boa Vista, ficou devendo impostos municipais por longo período. O Município ajuizou ação de execução fiscal e penhorou vários bens do devedor, dentre eles, um terreno de 15.000m² localizado na cidade.

Havia a perspectiva de se criar um parque no local, mas o projeto sequer foi iniciado, ante a prioridade de investimentos públicos em outras frentes.

A Prefeitura então, vendo que o imóvel não tem destinação pública (sequer estando afetado), determinou sua venda, através de ordem do Prefeito e da Câmara Municipal.

Contudo, um grupo de associação de bairro apresentou manifesto contra a venda do patrimônio público em questão.

Nesse caso, com base na previsão contida na Lei Orgânica do Município envolvido, é certo afirmar que:

- (A) o imóvel não pode ser vendido, já que indisponível, pois de uso comum do povo.
- (B) o imóvel não pode ser vendido, já que indisponível, pois de uso especial.
- (C) o imóvel, que é dominial, pode ser vendido nesse caso.
- (D) o imóvel, que é de uso especial, só pode ser vendido, se houver autorização de pelo menos 2/3 dos votos dos membros da Câmara dos Vereadores, o que, não sendo o caso, torna a venda nula.

Q. 38

Analise as situações abaixo e responda:

- I. Maria vendeu sua Fazenda (imóvel rural) para Lucinda.
- II. Jenifer herdou de seu pai falecido a quantia de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- III. (dez) empresas e mais 200 moradores tiveram seus imóveis valorizados graças a uma obra federal realizada ali nas cercanias.

Considerando que todos os fatos ocorreram no Município de São João da Boa Vista, com base na Lei Orgânica do Município, é certo afirmar que:

- (A) Lucinda passará a pagar ITR (Imposto Territorial Rural) que é um imposto de competência do município.
- (B) os proprietários dos imóveis valorizados não terão de pagar contribuição de melhoria para o município.
- (C) Jenifer terá de pagar ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e doação – para o município.
- (D) todos terão de pagar tributos ao município, pois os fatos geradores ocorreram nessa base territorial. A saber; Lucinda e Jenifer pagarão impostos, respectivamente ITR e ITCMD e, os que tiveram seus imóveis valorizados, pagarão contribuição de melhoria.



Q. 39

Segundo o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de São João da Boa Vista, é certo que esta casa:

- I. tem função legislativa, que consiste em deliberar por meio de Leis, Decretos Legislativos e Resoluções sobre as matérias de competência do Município.
- II. tem função de fiscalização externa, exercida com auxílio do Tribunal de Contas Municipal, compreendendo: a) apreciação das contas do exercício financeiro, apresentadas pelo Prefeito e pela Mesa da Câmara; b) acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município; c) julgamento da regularidade das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- III. tem função administrativa, que é restrita à sua organização interna, à regulamentação de seu funcionalismo e à estruturação e direção de seus serviços auxiliares.

Das assertivas acima, está(ão) correta(s) apenas aquela(s) que consta(m) em:

- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) I, II e III.

Q. 40

Em sessão realizada na Câmara dos Vereadores de São João da Boa Vista, um determinado vereador começou a xingar agressivamente uma colega de partido adversário. As ofensas tinham caráter racista, antisemita e machista.

Com base no Regimento Interno daquela Casa, é certo que:

- (A) os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, ainda que tenham conteúdo injurioso, difamatório ou calunioso, desde que proferidas durante a sessão em que discursava.
- (B) os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos, salvo nos casos de injúria, difamação ou calúnia, devendo, nesse caso, ser julgado criminalmente por seus próprios pares junto à Câmara.
- (C) caberá à Câmara optar, por deliberação de 2/3 de seus membros, em ajuizar ação criminal no foro local ou abrir processo de cassação do vereador agressor.
- (D) o vereador agressor responderá tanto a ação penal (ajuizada no foro local) quanto ao processo de cassação (conduzido pela própria Câmara).

IPEFAE**GABARITO RASCUNHO**

1	16	31
2	17	32
3	18	33
4	19	34
5	20	35
6	21	36
7	22	37
8	23	38
9	24	39
10	25	40
11	26	
12	27	
13	28	
14	29	
15	30	

Seu futuro passa por aqui!

www.ipefae.org.br

